

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: EXPANSÃO INTERNA, EXTERNA E O DISCURSO SOCIAL-DEMOCRATA

Carlos Eduardo Santos Pinho *

Introdução

Neste artigo, especula-se sobre a existência de um *Novo-Desenvolvimentismo* no Brasil, no início do século XXI, - a partir de sua comparação com o Nacional-Desenvolvimentismo, vigente entre 1930-1980, que é contextualizado à luz das teorias de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, - passando pela crise do Estado de bem-estar na década de 1970 e pelas reformas direcionadas para o mercado nos anos 1990. Desta maneira, o presente estudo parte da hipótese de que a eleição de Lula da Silva em 2002, ao retomar a função planejamento estatal e fazer do Estado o instrumento de *ação coletiva da nação* instituiu o que pode ser denominado um *Novo-Desenvolvimentismo*, ainda que preservando elementos de continuidade com o paradigma neoliberal como é o caso da aquiescência aos fundamentos macroeconômicos: estabilidade fiscal, taxa de juros, câmbio etc.

Isso viabilizou a constituição de um círculo virtuoso ancorado na expansão "para dentro" e "para fora", embora apresentando uma *continuidade de trajetória* com o Nacional-Desenvolvimentismo em termos de um Poder Executivo forte e de um Estado interventor e regulador da economia. Deste modo, a expansão interna se dá mediante a concepção, formulação e execução de políticas públicas, sobretudo a partir da formatação de uma rede de proteção social orientada para a redução das desigualdades sociais estruturais, para a criação de um mercado interno vigoroso e para a distribuição social da renda. Isto nos remete a uma reflexão com a tese de Celso Furtado quando este autor atentava para a existência da *concentração de renda* e da ausência de um *mercado interno forte* como características distintivas do subdesenvolvimento brasileiro.

Por outro lado, a expansão externa consubstancia-se a partir de uma presença cada vez mais pujante e assertiva do Brasil no cenário global, seja por meio de uma diplomacia que vem sendo progressivamente capitaneada pelo Chefe do Executivo para a internacionalização do capitalismo brasileiro e para o incremento da integração regional, seja a partir da reconfiguração da política

externa como meio e complemento, na órbita internacional, da estratégia de desenvolvimento orquestrada no plano doméstico. De fato, o Novo-Desenvolvimentismo retomou a vinculação tradicional entre a política externa e a estratégia de desenvolvimento no *front* interno, na medida em que a aproximação do Brasil com os pólos emergentes de poder constituiu uma arquitetura política da diplomacia brasileira.

Metodologicamente, a partir de dados empíricos de instituições de pesquisa e órgãos governamentais como FGV, IPEA e CAGED/Ministério do Trabalho, procurou-se focar o modo como o *Novo-Desenvolvimentismo* se diferencia do modelo precedente tendo em vista dois fatores: (1) a institucionalização de uma nova conformação nas relações Estado/sociedade; e (2) a contestação dos “quadros de referência” das elites burocráticas estatais tradicionais mediante a concepção, formulação e execução de políticas públicas orientadas para a ampliação do emprego formal, para a constituição de um mercado interno robusto e para a redução das desigualdades sociais estruturais consubstanciadas na histórica concentração social da renda. Em suma, procura-se investigar em que medida delinea-se a transição (ou não) de um modelo altamente concentrador de renda e excludente para um modelo - atualmente em curso - menos desigual, mais democrático e mais soberano do ponto de vista da inserção internacional na ordem global multilateral.

Ademais, subjacente ao discurso da expansão interna e externa, focar-se-á: (1) a emergência da social-democracia e dos governos de esquerda na América Latina, que abandonam o ímpeto revolucionário e são aquiescentes às regras de competição eleitoral das instituições liberais e representativas para a consecução de reformas sociais, bem como a sua relação com o pragmatismo e a defesa de uma nova agenda de desenvolvimento no cenário pós-neoliberal; (2) se os governos de esquerda favorecem a democracia e investem mais em políticas sociais do que os governos à direita do espectro ideológico e, por fim (3) a possível experiência social-democrata do PT no Brasil, enquanto um partido de base operária que chega ao poder pela via eleitoral para empreender reformas democráticas dentro das restrições institucionais e domésticas impostas pelos circuitos financeiros e globalizados do capitalismo, e sua relação com a temática do *Novo-Desenvolvimentismo*.

1. O Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) no Brasil à Luz de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares: concentração social da renda e ausência de um mercado interno vigoroso.

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo foi a denominação atribuída à estratégia nacional empregada pelos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930 ou no final da II Guerra Mundial, já que possuía um viés nacionalista que aspirava a construção do Estado nacional (Bresser-Pereira, 2007: 70). Este modelo, vigente no Brasil de 1930 a 1980 foi caracterizado: (1) pelo ativo papel do Estado na promoção do crescimento por meio da rápida industrialização; (2) pela participação do Estado na produção através da criação de empresas públicas; (3) pela participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais de modo que juntamente com o Estado constituíram um “tripé” (Castro e Carvalho, 2003).

Nestas condições, esta parte do trabalho recorre ao potencial teórico, conceitual e analítico de dois eminentes economistas e cientistas sociais brasileiros de orientação desenvolvimentista como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Trata-se de intelectuais que tiveram uma visão antecipada acerca do processo de globalização bem como da expansão e da volatilidade do capital financeiro pelo mundo, que debilita, por sua vez, a capacidade dos Estados nacionais de constranger minimamente os detentores dessa modalidade de capital. Portanto, tais economistas políticos, de reconhecida ação pública e acadêmica, e cujos trabalhos são dotados de relevância prática e empírica, compreenderam a imprescindibilidade da ação estatal para a concepção, formulação, planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento.

De acordo com Furtado (1974) as formações sociais subdesenvolvidas tiveram sua origem no uso particular do excedente adicional, destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo surgidos no centro do sistema econômico mundial em formação, tornando as relações entre países centrais e periféricos cada vez mais complexas. Conseqüentemente, os países periféricos tornaram-se importadores dos novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico, vigentes no centro do sistema, evidenciando um grave descompasso entre a estrutura produtiva e o grau de acumulação de capital na periferia.

Então, as classes dirigentes dos países periféricos passam a desenvolver padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era alto. É exatamente esta incorporação de novos padrões de consumo definida como *modernização*, sem, contudo, o correspondente processo de acumulação de capital e progresso dos métodos produtivos. A falta de conexão entre o progresso técnico e o grau de acumulação previamente alcançado resulta na especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Nestas condições, o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente – considerando o quadro de dependência cultural em que se encontram – tende a agravar as desigualdades sociais em razão do avanço da acumulação.

A divisão internacional do trabalho, imposta pelos países que lideraram a Revolução Industrial, deu origem a um excedente, o qual permitiu às classes dirigentes de outros países terem acesso a padrões diversificados de consumo engendrados pelo intenso progresso técnico e acumulação de capital concentrados no centro do sistema. Devendo acompanhar a diversificação de bens de consumo dos países de mais alto nível de renda, os países periféricos foram levados a ter que aumentar a taxa de exploração, ou seja, de *concentração da renda*. Por outro lado, o custo crescente da tecnologia, aliado a aceleração do progresso técnico viabilizou a penetração das grandes empresas, intensificando a difusão dos novos *padrões de consumo* surgidos no centro e levando a um estreitamento dos vínculos de dependência. Nestas condições, o crescimento econômico depende da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar as desigualdades sociais. Portanto, o subdesenvolvimento tem sua gênese numa conexão entre o *processo interno de exploração* e o *processo externo de dependência*, contribuindo para inibir a constituição de um *mercado interno* vigoroso no Brasil (Furtado, 1974).

Noutro veio analítico não muito distinto do empregado por Celso Furtado, as pesquisas de Conceição Tavares (1973) elucidam a origem do modelo ISI na América Latina bem como a sua decadência tendo em vista o processo de financeirização da economia brasileira. Deste modo, a autora considera o alto peso relativo do setor externo nas economias primário-exportadoras por meio de suas duas variáveis básicas: (1) as exportações¹ como uma variável exógena

¹ No caso das economias centrais, embora as exportações fossem importantes na composição da renda nacional, não eram as únicas responsáveis pelo crescimento da economia. Havia uma variável endógena importante: o *investimento autônomo* acompanhado de *inovações tecnológicas*. Por outro lado, na América Latina, as exportações constituíam o único componente autônomo do crescimento da renda e o setor exportador representava o centro dinâmico de toda economia. Por sua vez, este setor contribuiu

responsável por grande parte da renda nacional bem como pelo seu crescimento; e (2) as importações como fonte flexível de bens e serviços para atender parte da demanda interna. Segundo ela, a concentração da propriedade, do capital e dos recursos naturais no setor exportador contribuía para uma distribuição de renda fortemente desigual. Acrescenta-se o fato de que as classes de alta renda – por meio das importações – reproduziam internamente os padrões de consumo vigentes nos países europeus, obstruindo novamente as tentativas de criação de um pujante mercado interno².

No caso dos países desenvolvidos não há uma distinção entre a capacidade produtiva voltada para o mercado externo e interno, pois as manufaturas produzidas são, simultaneamente, exportadas e consumidas. Na América Latina, todavia, há uma rígida *divisão social do trabalho* entre o setor interno e o externo. O setor externo é especializado em um ou poucos produtos, de alta rentabilidade econômica, ao passo que o setor interno é de baixa produtividade e lucratividade, orientado exclusivamente para satisfazer as necessidades básicas de uma parcela restrita e seleta da população inserida no mercado consumidor.

2. A crise do modelo ISI, as reformas orientadas para o mercado no Brasil e suas reverberações sociais

Ainda que o modelo ISI diferenciasse o Brasil dos demais países latino-americanos por ocasião da diversificação industrial e da elevação das taxas de crescimento, ele sucumbiu. É diante desse paradigma que Conceição Tavares nos apresenta e analisa as três condicionalidades que contribuíram para a deformação do processo de substituição de importações na América Latina. A primeira é a *dimensão e estrutura dos mercados nacionais* que, ao produzir bens duráveis de consumo expandiu o mercado interno de forma vertical, priorizando as classes de alta renda. A segunda diz respeito à *natureza da evolução tecnológica*, caracterizada pela importação de capital e tecnologia estrangeiras bem como pelo baixo emprego de mão-de-obra, freando a diversificação e a integração do aparelho

para o processo de urbanização e o conseqüente aparecimento da indústria de bens de consumo internos tais como tecido, vestuário, móveis etc. Ademais, nas economias abertas, as importações destinavam-se a suprir as necessidades de alimentos e matérias primas que os recursos naturais não permitiam produzir. Já nas economias latino-americanas, as importações deviam cobrir faixas inteiras de bens de consumo, refletindo uma assimétrica *divisão internacional do trabalho*, na qual os países centrais, por conta de seu próprio desenvolvimento, induziram nos países periféricos um crescimento “para fora” (Furtado, 1974; Tavares, 1973).

² Neste quesito, portanto, Conceição Tavares está em consonância com a visão de Furtado.

produtivo industrial. A última é concernente à *constelação dos recursos produtivos*, constatando uma relativa abundância de recursos naturais, todavia, coexistindo com o desemprego estrutural da mão-de-obra não qualificada, a carência de mão-de-obra qualificada e a escassez de capital (Tavares, 1973).

No que tange à erosão do modelo de substituição de importações, a formação e a propagação do capitalismo financeiro no Brasil, Tavares salienta que, entre 1963 e 1968, teve início no Brasil um processo de reorganização dos sistemas financeiros tradicionais. Isso se tornou possível pela constituição de bancos de investimento, fusões de grupos empresariais e financeiros nacionais, o que permitiu a mobilidade e centralização do capital financeiro, sobretudo nos centros urbanos e industriais do país. Por conseguinte, pode-se dizer que ambos os autores, analiticamente, renunciaram as transformações econômicas mundiais que impulsionariam a emergência do capitalismo financeiro transnacional e seus impactos na economia brasileira, provocando uma mudança substancial na orientação do papel estratégico do Estado no que tange à sua relação com o capital e a sociedade. Um desses impactos é a forte tendência à *reconcentração social da renda*. Em suma, trata-se de uma visão antecipada acerca da ruptura da aliança que conferia sustentabilidade ao projeto Nacional-desenvolvimentista³ e da emergência do neoliberalismo enquanto uma *hegemonia ideológica* legitimadora das práticas de um mercado hipertrofiado e progressivamente partidária de um Estado atrofiado em um contexto em que imperam democracias minimalistas e a usurpação dos direitos sociais (Anderson, 1995; Bielschowsky, 2000; Pieterse, 2001).

Nesse cenário de emergência do capitalismo financeiro transnacional – sumamente articulado ao setor produtivo – e de aguda crise social e econômica no Brasil e nos países latino-americanos, as corporações transnacionais passam a impor processos rígidos de *racionalização, reestruturação produtiva e intensificação*

³ Se no caso brasileiro houve a corrosão do modelo de desenvolvimento supracitado, no âmbito internacional, por conta da crise do petróleo da década de 1970, do desemprego em massa e da inflação há um questionamento dos pilares do edifício institucional, político e econômico que conjuga *capitalismo com democracia e mercado com Estado intervencionista*. Assim, a partir de desempenhos distintos, e visando o mesmo objetivo, *os partidos social-democratas deram respostas diferentes à crise* (Scharpf, 1991). Cabe ressaltar que a preocupação crucial dos governos social-democratas diante da crise é o emprego; à proporção que os governos conservadores se preocupam com a inflação. A inclinação ideológica dos partidos vai determinar as prioridades de sua clientela eleitoral que é definida em termos de classe. Por conseguinte, isto implica dizer que os *interesses econômicos objetivos* bem como as *preferências subjetivas* das populações de baixa renda são melhores servidos por uma configuração macroeconômica de alta inflação e baixo desemprego, ao passo que uma configuração de inflação baixa e desemprego elevado é mais condizente com as preferências das camadas de alta renda. Tal análise sugere que as taxas de desemprego têm sido reduzidas por governos Democratas e Trabalhistas e acentuadas por governos Republicanos e Conservadores. (Hibbs, 1977).

do controle do trabalho. Eis a *acumulação flexível* (Harvey, 1998). Tendo em vista esse ambiente global cada vez mais complexo, as questões suscitadas são as seguintes: qual o papel dos Estados nacionais diante das restrições - institucionais e estruturais - impostas pela globalização à consecução das políticas domésticas? Qual o lugar da soberania enquanto uma das suas prerrogativas cruciais? Conforme a máxima weberiana, para além de serem *comunidades políticas que reivindicam, com êxito, o monopólio do uso legítimo da violência física dentro de um determinado território* (Weber, 1979), os Estados nacionais, na era do capitalismo financeiro globalizado, caracterizam-se pela dicotomia e contradição. Se por um lado, em nome do interesse nacional, necessitam impor limites à ação deletéria do capital especulativo; por outro lado, também em nome da nação, precisam atraí-lo para assegurar investimentos e impedir a sua migração para regiões mais atrativas. O que há, portanto, é uma reconfiguração do sistema financeiro internacional, no qual o capital financeiro constitui o *poder coordenador* (Harvey, 1998).

É neste cenário de transição para uma democracia política - após 20 anos de supremacia de um regime militar de exceção -, de crescimento pífio e de um *poder infra-estrutural*⁴ mormente debilitado - que o Brasil e os demais países da América Latina foram submetidos a uma agenda de reformas liberalizantes⁵ para a estabilização e ajuste em curto prazo. Tais reformas - cujos graus de intensidade e ritmos variaram - foram impostas pelas instituições financeiras multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, alegando que o Estado não era mais a solução, mas a principal causa do problema⁶.

⁴ De acordo com o sociólogo Michael Mann, o Estado moderno ideal combinaria *grande poder infra-estrutural* com *limitado poder despótico*; isto é, a capacidade de mobilizar recursos necessários para penetrar uniformemente o território por meio da provisão de serviços públicos indispensáveis (tais como saúde, educação, proteção social), constituindo um Estado nacional integralmente permeável, burocrático e, acima de tudo, democrático. Sendo assim, o grande desafio dos Estados latino-americanos abarca a questão de como incorporar vastos e diversificados contingentes populacionais a uma autêntica cidadania nacional, que sustente Estados com infra-estruturas poderosas capazes de tornarem-se plenamente democráticos (Mann, 2006).

⁵ Tal agenda pode ser elencada da seguinte forma: (1) Desvalorização da moeda; (2) redução do escopo da ação do Estado por meio do contingenciamento das políticas sociais; (3) arrocho salarial; (4) abertura comercial e cambial, (5) liberalização financeira; (6) liberação de preços e salários; (7) liberalização do regime de investimento estrangeiro (8) apropriação privada do patrimônio público pelo capital transnacional; (9) reforma tributária; (10) reforma da seguridade social (sobretudo do sistema de aposentadoria); (11) reforma das relações de trabalho; e (12) desregulamentação/desregulação (Kiely, 2006; Pieterse, 2001; Bielschowsky, 2000; Cruz, 2007).

⁶ Quanto ao espectro político e participativo, destaca-se o fato de que as restrições externas impostas pelas reformas de mercado parecem ter limitado o exercício da *soberania popular* na América Latina, um dos pressupostos básicos da democracia. A frustração resultante parece ter contribuído para o declínio da participação eleitoral e a crescente insatisfação com o desempenho dos governos na região. Em segundo lugar, como o neoliberalismo tem inclinado amplamente o balanço interno de forças no sentido de fortalecer os setores de elite; ele parece ter enfraquecido a importância das organizações da sociedade civil e da sociedade política, incluindo os próprios partidos políticos. Tais constrangimentos externos tornaram mais difícil para as agremiações partidárias que chegaram ao governo cumprir suas promessas eleitorais e satisfazer as expectativas populares por melhorias sociais substantivas. Assim,

Para Haggard e Kaufman (2008), na obra *Development, Democracy, and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*, a despeito da recessão prolongada que abarcou as décadas de 1980-1990, a ampliação da democratização constituiu uma conjuntura crítica, uma vez que teve um efeito significativo sobre o desenvolvimento e a reforma da *política social* entre os países de renda média da América Latina, do Leste Asiático e da Europa Oriental. No caso do Brasil, ademais, deve-se salientar que, no contexto da democratização política, embora as elites políticas buscassem cooptar os setores populares, tais segmentos ganharam não somente *representação política* e oportunidades para defender seus direitos e prerrogativas constitucionais, mas também *concessões em termos de provisão de políticas sociais*. Todavia, a política macroeconômica - tanto a partir da severa inflação quanto por meio das restrições fiscais - impôs sérios limites à consecução da política social de forma a limitar o seu escopo e ampliação. Contudo, os realinhamentos críticos na América Latina não estavam associados com novas oportunidades políticas para a população rural e a política social na região refletiu a sua exclusão da órbita política⁷.

Especificamente no Brasil, esse ambiente macroeconômico desfavorável e a elevação das taxas de inflação remontam ao final dos governos militares, pois de 1979 a 1991, foram adotados dez Planos de Estabilização⁸, que não tiveram êxito. No cenário pós-Constituinte, entretanto, o Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, criou o *Plano Real* para controlar a inflação e instituir um ambiente macroeconômico mais favorável ao investimento direto estrangeiro. Uma vez eleito Presidente da República em 1994, FHC abandonou o "populismo econômico" anterior e desenvolveu o *pragmatismo econômico*, fazendo

conforme salienta o estudo de Boschi (2004), a governabilidade não constitui fator de risco, mas sim o descrédito das instituições da democracia representativa em vista da cisão entre as expectativas dos eleitores e as agendas executadas. Tal quadro contribuiu para o surgimento de crises que põe à prova a credibilidade e mesmo a estabilidade das instituições democráticas. Ademais, as reformas de mercado convergiram progressivamente para o enfraquecimento da *qualidade* da democracia em termos de acessibilidade e *accountability* (Weyland, 2004).

⁷ Em geral, os regimes autoritários na América Latina foram menos inclinados do que os regimes democráticos a expandir os serviços de proteção social, preferindo ampliá-los para as principais bases eleitorais dentro do governo ou para grupos poderosos que já gozavam de cobertura. Dois regimes autoritários competitivos, contudo, foram exceções notáveis: a ditadura militar brasileira (1964-1985) e o sistema mexicano mediante a supremacia de um partido único durante longo período. Nesse contexto, cabe destacar uma das iniciativas mais importantes dos governos militares em termos de políticas sociais: a extensão das pensões não-contributivas para os camponeses e indigentes rurais por meio do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Esse programa, por conseguinte, fora lançado em 1971, em um momento em que as facções militares linha-dura estavam em franca ascensão (Haggard e Kaufman, 2008).

⁸ Foram eles: (1) Primeiro Plano Delfim - 1979; (2) Segundo Plano Delfim - 1981; (3) Terceiro Plano Delfim - 1983; (4) Plano Dornelles - 1985; (5) Plano Cruzado - 1986; (6) Plano Bresser - 1987; (7) Plano Verão - 1987; (8) Plano "Feijão com Arroz" - 1988; (9) Primeiro Plano Collor - 1990; (10) Segundo Plano Collor - 1991 (Castro e Carvalho, 2003).

“uso político da política econômica”, na medida em que, indubitavelmente, conferiu prioridade à estabilidade monetária e ao ajuste fiscal (Castro e Carvalho, 2003).

Desta maneira, embora o Plano Real tenha contribuído para o declínio da inflação de 23.29% em 1995 para 1.79% em 1998, - viabilizando a reeleição de Cardoso nesse mesmo ano - no longo prazo, e pela lógica inerente ao modelo, ele foi um desastre econômico e social. A exacerbação da pobreza, da miséria, do desemprego, da estagnação, a triplicação da dívida externa - de US\$ 95 bilhões em 1984 para US\$ 236.8 bilhões em 2000 -, e o endividamento monumental do setor público, que alcançou um total de 28.1% do PIB, tornando o Brasil um dos países mais endividados da América Latina depois da Argentina e da Nicarágua (Castro e Carvalho, 2003; Lillemets, 2009), evidenciaram a ausência da formulação de uma concepção autônoma de desenvolvimento.

A intensificação das reformas neoliberais incrementou os problemas estruturais pelos quais o Brasil já padecia, além de ser incapaz de incluir no mercado de consumo de massas uma vasta gama de desempregados e de trabalhadores informais. É diante desse cenário adverso que ocorreu a vitória eleitoral do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) - de origem operária e sindical - Luis Inácio Lula da Silva, a despeito do imenso temor dos mercados financeiros internacionais quanto à sua agenda de políticas públicas. Certamente, se considerarmos a vigência do contexto institucional das reformas orientadas para o mercado, configurou-se uma defasagem entre o plano das instituições políticas e a dimensão substantiva da democracia. Enfim, um verdadeiro abismo entre democracia formal e substantiva (Boschi, 2004).

Desta maneira, a hipótese deste trabalho é que a vitória eleitoral de Lula da Silva, em 2002, criou estruturas basilares para a formatação de um *Novo-Desenvolvimentismo* no Brasil. Trata-se de uma iniciativa no sentido de retomar o planejamento estratégico do Estado brasileiro e, fundamentalmente, de contestar os “quadros de referência”⁹ (Becker, 2007, 2009) das elites dominantes e aquiescentes à ideologia do mercado. Cabe apontar que o governo Lula adotou o

⁹ A partir de uma interlocução com a recente literatura sobre as *Variedades de Capitalismo* (VoC), a avaliação de Becker (2007, 2009) - na perspectiva dos sistemas abertos - aponta que os “quadros de referência” são determinados existencialmente, contemplando dimensões como a competitividade e/ou desempenho econômico das empresas, mas também são *constructos* ideológicos e políticos. Por conseguinte, estão circunscritos às relações de poder e abarcam uma diversidade de temas como segurança, emprego, padrões de igualdade social e bem-estar e proteção ambiental; que estão sujeitos às mais diversas interpretações em instâncias como partidos políticos, burocracias estatais, governos, organizações, sindicatos, empregadores e empresas, movimentos sociais e eleitores. É nesse sentido que a eleição de Lula da Silva contesta os “quadros de referência” das elites burocráticas progressistas encapsuladas no âmbito da burocracia estatal e, portanto, condescendentes com as políticas liberais de retração progressiva do emprego, dos padrões de segurança social e de cidadania.

“pragmatismo econômico” revestido de uma “face humana” (Castro e Carvalho, 2003: 481), ainda que o seu primeiro mandato tenha sido marcado por um caráter intrinsecamente ortodoxo, na medida em que precisou “arrumar a casa” e reordenar a economia; repercutindo na insatisfação de grande parte do seu eleitorado. Outrossim, o governo Lula foi tão ou mais severo em termos de manutenção dos fundamentos macroeconômicos do que o seu antecessor, recorrendo a instrumentos como o controle de câmbios, da taxa de juros e a disciplina fiscal.

Contudo, entre o final do primeiro mandato e o início do segundo, em 2007, houve uma atuação mais assertiva do governo no sentido de lançar e consolidar as bases para o crescimento econômico com inclusão social. Isso se deu tanto a partir do robustecimento do seu principal programa social focalizado, o Bolsa Família; quanto por meio do lançamento de projetos *infra-estruturais* como o Programa de Aceleração do crescimento (PAC) I, II, além de grandes projetos habitacionais orientados à população de baixa renda assentados em acordos com grandes empreiteiras.

3. Aspectos teórico-conceituais e empíricos do *Novo-Desenvolvimentismo*: a expansão “para dentro” e “para fora”

Diante da retomada de um projeto de desenvolvimento por parte das elites estratégicas e burocráticas do Brasil - que faz do Estado o instrumento de *ação coletiva da nação* (Bresser-Pereira, 2009) - é necessário suscitar as seguintes questões: (1) Como esse *Novo-Desenvolvimentismo* - que emerge durante o governo Lula - se distingue do Nacional-Desenvolvimentismo que vigorou em grande parte do século XX, tanto do ponto de vista das relações Estado/sociedade quanto das políticas de inclusão social? e, (2) Qual o papel do Poder Executivo na arquitetura institucional republicana do Brasil? Para tanto, do ponto de vista teórico-conceitual torna-se imprescindível definir o que é esse *Novo-Desenvolvimentismo*.

Assim, para economistas como Bresser-Pereira e João Sicsú, este conceito tem suas origens no pensamento keynesiano e na vertente cepalina neo-estruturalista; e, como tal, defende as seguintes teses: (1) a inviabilidade de um mercado forte sem um Estado forte; (2) o crescimento sustentado a taxas elevadas está condicionado ao fortalecimento dessas duas instituições e a adoção de políticas

macroeconômicas adequadas; (3) mercado e Estado fortes somente serão construídos por meio de um projeto nacional de desenvolvimento que aglutine crescimento econômico sustentado com equidade social; o que implica superar a disjuntiva Estado/mercado; (4) a redução da desigualdade social é inconcebível sem o crescimento a taxas elevadas e continuadas (Bresser-Pereira, 2007, 2009; Sicsú, 2005). Já de acordo com (Boschi e Gaitán, 2008a) o pressuposto básico do *neo-desenvolvimentismo* consiste na capacidade de combinar o aprendizado derivado da longa trajetória desenvolvimentista com os fundamentos da estabilidade e integração dos países aos circuitos financeiros e comerciais globalizados em crescente interconexão.

Deste modo, o *Novo-Desenvolvimentismo* - que está sendo gradativamente formulado - constitui um "terceiro discurso" ou "caminho do meio" entre o populismo típico da esquerda burocrática e a ortodoxia neoliberal, entre o livre comércio incondicional e o protecionismo econômico e entre o liberalismo e o socialismo. Trata-se, segundo Bresser-Pereira (2009), de uma *estratégia nacional de desenvolvimento* - que retoma o conceito de nação - empregada pelos países da América Latina para acompanhar os países centrais por meio de um conjunto de instituições e de políticas mobilizadas para o desenvolvimento¹⁰ (*catch up*).

Ademais, focar no papel do Estado implica compreender que ele se constitui como um fator de ruptura das possíveis *complementaridades negativas* derivadas das trajetórias mais centradas no mercado, que predominaram até as crises finais do século XX, abrindo espaço para um novo ciclo de desenvolvimento, sobretudo para alguns países da periferia, como são os latino-americanos. Além de se constituírem como cerne institucional dentro do qual as empresas atuam, as instituições estatais constituem uma dimensão constitutiva do regime produtivo, aspecto que as mais recentes análises da abordagem das *variedades de capitalismo* estão tratando de reconsiderar (Boschi e Gaitán, 2008b; Boschi e Gaitán, 2009).

No que tange às relações Estado/sociedade, o *Novo-Desenvolvimentismo* difere substancialmente das relações estabelecidas entre 1930 e 1980. Portanto, no cenário atual, essas mudanças tem se configurado, sobretudo, a partir da criação

¹⁰ O sentido de desenvolvimento aqui esboçado contempla as seguintes dimensões: (1) inserção internacional soberana; (2) macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego; (3) infra-estrutura econômica, social e urbana; (4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; (5) sustentabilidade ambiental; (6) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e (7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia (Cardoso Jr., 2010).

do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)¹¹ - instância subordinada ao Executivo – e da instituição das Conferências Nacionais de Políticas Públicas (Santos e Pogrebinski, 2009); possibilitando aos grupos organizados da população deliberar nos processos decisórios concernentes à concepção, formulação e execução de políticas públicas.

Essa forma de interação em curso que o Executivo exerce com a sociedade difere substancialmente daquela vigente durante o governo Getúlio Vargas. Este, por seu turno, capitaneou um projeto de modernização, industrialização e urbanização da sociedade brasileira, a partir de uma ideologia autoritária de construção do Estado nacional (Reis, 1998), empreendendo uma ruptura com o modelo oligárquico agro-exportador para galvanizar o projeto Nacional-desenvolvimentista, todavia, excludente e concentrador de renda, sobretudo durante os governos militares (1964-1985). Portanto, a inserção do Brasil na modernidade industrial dá-se pela via corporativa (Diniz e Boschi, 1991).

Enquanto instância de representação de interesses, o corporativismo da Era Vargas recorreu a meios autoritários para assegurar direitos às classes trabalhadoras à custa de sua completa exclusão da órbita política¹². É nessa esteira que, considerando o atual governo do PT, além da instituição de fóruns promotores da articulação entre o Estado, a sociedade civil e os setores produtivos privados em matéria de políticas públicas (cujo CDES é o maior exemplo) delinea-se uma aparente ocupação de posições relevantes no âmbito das elites dirigentes estatais por segmentos oriundos do sindicalismo. Ademais, os setores sindicais tornaram-se sócios do modelo capitalista por conta do papel cada vez mais relevante que os fundos de pensão sindicais desempenham na dinâmica financeira e no suporte as

¹¹ Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003, cabe ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) assessorar o Chefe do Executivo na formulação de políticas, diretrizes específicas, apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico que lhes sejam submetidas pelo Presidente da República para a articulação das relações do governo com a sociedade civil. Os seus membros são designados por ato formal do Presidente por dois anos, com possibilidade de recondução (CDES, 2010). Bem assim, o CDES, segundo Doctor (2007: 131-148) é quase totalmente dependente do Executivo, que definiu não somente a sua estrutura e o conjunto de seus membros, mas também a sua agenda, reduzindo o seu escopo de ação autônoma. Cabe apontar que o CDES sofria de fraquezas relacionadas à sua estrutura formal e de funcionamento. Em primeiro lugar, ele exibiu um pesado viés em favor do setor empresarial. Por conta disso, a assimetria na representação da sociedade civil causou ressentimento da parte dos membros desfavorecidos ou sub-representados, especialmente os sindicatos e os movimentos sociais. Em segundo lugar, a distribuição geográfica dos seus membros foi severamente enviesada em favor das regiões mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste do país, com 46% dos membros do Conselho oriundos do estado de São Paulo.

¹² Tal formato, todavia, reconheceu e definiu em lei as profissões, formalizou e subordinou os sindicatos ao Ministério do Trabalho e instituiu a carteira de trabalho como *certidão de nascimento cívico* das camadas populares (Santos, 1998).

atividades de fomento ao desenvolvimento. Tais mudanças expressariam, de um lado, um movimento na *democratização do acesso ao aparelho de Estado* em diversas de suas instâncias e, de outro, uma possível *inclusão dos interesses do trabalho no funcionamento do regime produtivo do país*.

Neste contexto, diante da retomada de um papel mais intervencionista e assertivo do Estado no contexto pós-neoliberal, o ponto salutar é que as reformas direcionadas para o mercado instituídas nos anos 1990, porém, não foram capazes de suprimir - como pretendiam - o legado da Era Vargas em alguns aspectos fundamentais para a conformação do capitalismo brasileiro atualmente; como um *Estado intervencionista, regulador* e um *Executivo forte e modernizante* evidenciando uma *continuidade de trajetória* com o modelo Nacional-desenvolvimentista anterior, apesar das correções de rota efetuadas na percepção das elites estratégicas no caso das políticas de proteção e inclusão sociais. Portanto, o capitalismo brasileiro adquire uma faceta mais social-democrata, apontando para a instauração de um *corporativismo societal* em contraposição ao *corporativismo estatal*, que vigorou até o final dos anos 1980 durante o período desenvolvimentista. Esse modelo, entretanto, marginalizava os setores trabalhistas e a instância parlamentar-partidária dos centros tomadores de decisão em matéria de políticas públicas (Boschi, 2010a, 2010b; Boschi e Lima, 2002; Diniz, 1992).

Do ponto de vista eminentemente empírico, o *Novo-Desenvolvimentismo* contesta os "quadros de referência" (Becker, 2007, 2009) das elites progressistas ao privilegiar a *dimensão social* como o norte das políticas de desenvolvimento (Boschi e Gaitán, 2008). Ademais, deliberadamente, leva a cabo uma série de políticas públicas que possam garantir uma sinergia entre o crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social. Tal agenda não foi obstruída mesmo no contexto da grande crise financeira internacional, desencadeada em setembro de 2008, e da qual o Brasil saiu exitosamente¹³. Neste sentido, cabe-nos aqui elencar

¹³ Diversas medidas foram postas pelo Executivo para contrabalançar os efeitos da crise de modo a que ela não afetasse as conquistas já obtidas pelo governo Lula em termos de *distribuição social da renda*. Dentre as principais iniciativas para o fortalecimento do mercado interno destacam-se a manutenção e ampliação do escopo dos programas sociais (sobretudo o Bolsa Família), a redução de impostos sobre os produtos industrializados, os grandes projetos *infra-estruturais* de intervenção como o PAC e os programas habitacionais voltados à população de menor renda como o *Minha Casa Minha Vida*, o acesso ao crédito visando estimular o consumo doméstico bem como a continuação da política de valorização do salário mínimo¹³. Além disso, deve-se salientar outros elementos de ordem institucional que convergiram para que o Brasil saísse favoravelmente da crise. São eles: o papel das trajetórias prévias e características institucionais, as correções de rota nas percepções das elites estratégicas bem como o papel do Poder Executivo (1) enquanto articulador de burocracias weberianas, constituídas ao longo do tempo, (2) enquanto formatador das relações capital/trabalho e, (3) enquanto articulador das relações entre o setor privado e o Estado por meio de uma estrutura corporativa de representação de interesses; além da mudança operada no "quadro de referência" das elites (Kohli, 2004; Boschi, 2010a; Becker, 2007).

e sumarizar esse conjunto de políticas voltadas à expansão “para dentro”. Assim, com relação ao emprego, ainda que o mercado de trabalho brasileiro seja estruturalmente precário, rotativo e informal, houve o crescimento robusto do emprego formal entre 2003-2010. Segundo os dados do CAGED/MTE (2010a), em novembro de 2010, foram gerados 138.247 empregos celetistas, constituindo o segundo melhor resultado de toda a série histórica do CAGED para o período, em termos absolutos, e confirmando a trajetória de crescimento expressivo do emprego formal/celetista. No acumulado do ano, os dados mostram um acréscimo de 2.544.457 empregos (+7,71%), desempenho inédito do mercado de trabalho formal na série histórica do CAGED para o período¹⁴.

Além disso, nos últimos 12 meses, verificou-se a criação de 2.129.265 postos de trabalho, equivalente à expansão de 6,37% no contingente de empregados celetistas do país. Portanto, o total de empregos formais gerados no período de 2003 a 2010 foi de 15.048.311. Se desagregarmos os dados por setor de atividade econômica, os principais setores responsáveis pelo aumento do emprego foram: Serviços (1.008.595 postos), Comércio (601.846), Indústria de Transformação (536.070) e Construção Civil (329.195). Cabe ressaltar que a diminuição do ritmo de geração de emprego formal/celetista em 2009 deve ser atribuída aos impactos da crise financeira internacional, desencadeada em setembro de 2008. Contudo, após a implementação das medidas anticíclicas elencadas acima, o patamar ascendente de geração de empregos foi retomado.

Quanto à expectativa da população em relação ao futuro no que se refere à renda, ao emprego e à capacidade de consumo, o Índice de Expectativa das Famílias¹⁵ (IPEA, 2011) mostra que 64% acreditam que a situação econômica vai

¹⁴ De acordo com o CAGED (2010b), em setembro de 2010 a região Nordeste exibiu um desempenho singular, mediante a geração de 105.897 postos de trabalho, constituindo um recorde para toda a série histórica do CAGED, com destaque para os estados de Pernambuco (+39.645 postos), Bahia (+10.287), Ceará (+9.993), Paraíba (+6.021) e Maranhão (+3.198). Pode-se dizer que essa tendência vem apontando para a redução da desigualdade social, da miséria e do desemprego como problemas estruturais da região, sobretudo por ser uma área historicamente marginalizada dos grandes projetos de modernização capitaneados pelo Estado brasileiro.

¹⁵ Segundo o IEF, a confiança das famílias atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico. Se as expectativas estão otimistas em relação ao futuro; tende-se a gastar mais; quando há forte pessimismo, gasta-se menos. Nesse contexto, o monitoramento das expectativas das famílias sobre o consumo, dívidas e mercado de trabalho, além da situação econômica do país, tem o objetivo de produzir sinalizações sobre suas decisões de gastos e poupança futuras, constituindo indicadores úteis na antecipação nos rumos na economia de curto prazo. No que tange à metodologia desta pesquisa, para cada uma das questões observa-se a proporção de famílias que marcam uma resposta otimista quanto: (1) ao bom momento para adquirir bens de consumo duráveis; (2) a situação financeira da família compara à de um ano atrás; (3) a situação financeira da família daqui a um ano; (4) a situação econômica do Brasil daqui a um ano; (5) a situação econômica do Brasil daqui a cinco anos; (6) as condições sobre quitamento de contas atrasadas no próximo mês; (7) a percepção do responsável pelo domicílio sobre a estabilidade da ocupação; (8) a percepção dos outros ocupados na família sobre

melhorar nos próximos 12 meses e 61% das famílias crêem no mesmo para os próximos cinco anos. A região Centro-Oeste apresenta maior otimismo em relação ao comportamento da economia nacional, com 68,1% das famílias projetando melhores momentos para o País, seguida pelo Nordeste e o Sudeste, com 64,5%. Em contraste, na região Sul, essa proporção atinge 60,5%. No mês de janeiro, 77% do conjunto das famílias brasileiras pesquisadas indicaram estar melhor financeiramente do que há um ano. Por outro lado, verifica-se que apenas 17,6% sentem-se em pior situação atualmente que em relação há um ano atrás. Constatase que as regiões Centro-Oeste e Norte possuem a maior proporção de famílias que acreditam ter melhorado sua condição financeira (84,9% e 82,7%, respectivamente), seguidas de perto pelo Nordeste (77,8%). Nas regiões Sul e Sudeste, a proporção de famílias otimistas é levemente inferior. No mesmo sentido da expectativa otimista, cerca de 83,7% das famílias brasileiras crêem que estarão em melhores condições financeiras daqui a um ano, enquanto somente 6,9% projetam expectativa de estar pior. Com relação à capacidade de consumo, a região Centro-Oeste é aquela em que o otimismo é maior, com 69,1% das famílias acreditando ser um bom momento para o consumo. Os menores índices de otimismo se encontram nas regiões Norte e Sudeste (53% e 56,2% respectivamente).

Em termos de mobilidade social, a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2010) divulgou - em recente pesquisa - a existência de uma *Classe C*¹⁶ em potencial no Brasil. A despeito da crise financeira de 2008, essa classe média nascente - que é capaz de decidir uma eleição presidencial - cresceu 2.5% a mais do que as demais

estabilidade na ocupação; (9) a percepção do responsável do domicílio sobre melhoria profissional nos próximos seis meses.

¹⁶ No atual debate brasileiro, há posicionamentos antípodas no que se refere à constituição dessa nova classe média, como a do sociólogo Jessé Souza, que foge das análises economicistas/unidimensionais e quantitativas na caracterização das classes sociais. Segundo ele, não se trata de uma classe média, mas de "batalhadores", desprovidos de capital cultural, de privilégios de nascimento e de tempo livre para a incorporação de qualquer forma de conhecimento técnico, científico ou filosófico-literário valioso, que são típicos das classes médias tradicionais. Os batalhadores, em sua esmagadora maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade. Como lhes faltam tanto o capital cultural altamente valorizado das classes médias quanto o capital econômico das classes altas, eles compensam essa falta com extraordinário esforço pessoal, dupla jornada de trabalho e aceitação de todo tipo de superexploração da mão de obra. Ademais, essa nova classe de trabalhadores, típica do novo tipo de capitalismo financeiro que logrou se globalizar, parece se constituir - com o resgate social da ralé - na questão social, econômica e política mais importante do Brasil contemporâneo (SOUZA, 2011). A despeito desses posicionamentos antitéticos, e do fato de que as transformações insufladas pelo capitalismo de mercado criaram condições para a conversão do *cidadão pleno em consumidor em potencial* - retirando da noção clássica e universal de cidadania o seu conteúdo substantivo -, foi dado um passo importante no sentido de incorporar setores sociais histórica e estruturalmente excluídos num autêntico *mercado doméstico de consumo de massas*. Trata-se de um desafio dos Estados nacionais latino-americanos e, sobretudo, do Estado brasileiro.

classes, chegando a 94,9 milhões de brasileiros, o que corresponde a 50,5% da população. Do ponto de vista econômico, a Classe C concentrou 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (em 2008 era de 45,66%), superando as classes AB, estas com 44,12% do total de poder de compra. Sendo assim, cerca de 29 milhões de pessoas ingressaram nas fileiras dessa nova classe média entre 2003 e 2009, devendo a sua existência ao crescimento robusto do emprego formal, duplicado em 2004, ainda que não houvesse qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa do governo.

Arelada a tal mobilidade, o IPEA (2010a) constatou que houve três períodos claramente distintos na evolução na *distribuição de renda* entre 1995 a 2009. O primeiro, que vai de 1995 a 2001, se caracteriza por uma estabilidade em todos os sentidos, não havendo mudanças na desigualdade tampouco na renda média. De 2001 até 2005, a renda média pouco aumenta, contudo a queda da desigualdade já é fato bem estabelecido. Por fim, de 2005 a 2009, o Brasil passa a ter *grandes aumentos de renda* ocorrendo concomitantemente com a *queda continuada da desigualdade*.

Para além da mobilidade social da população mais pobre, da redução da desigualdade e do crescimento do emprego formal, o projeto ancorado no *Novo-Desenvolvimentismo* aumentou de maneira substancial os investimentos em infraestrutura, pois, segundo dados do Ministério da Fazenda (2010) fornecidos pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), os investimentos em infra-estrutura evoluíram de 58,2 bilhões em 2003 para 121,9 bilhões em 2009. Trata-se de investimentos cruciais para superar os “gargalos” que entravam o crescimento econômico do país, além de acelerar o desenvolvimento sustentável, estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais. Outro elemento de igual eficácia foi à redução da dívida externa total e líquida, pois enquanto em 1996 eram de 21,4% e 12,0% do PIB, em 2010, ambas atingiram 10,8% e -2,5%, respectivamente (Ministério da Fazenda, 2010).

No que diz respeito à inserção “para fora”, ou seja, ao esforço no sentido de ocupar um papel proeminente na ordem internacional multilateral, o *Novo-Desenvolvimentismo* brasileiro contrapôs-se ao modelo de integração comercial denominado “regionalismo aberto”. Esse modelo foi protagonizado pelas reformas neoliberais dos anos 1990, tendo em vista a erosão do modelo ISI e a tentativa de afirmação da competitividade no contexto de crescente supremacia da globalização

comercial e financeira. Além disso, o novo modelo de desenvolvimento em curso procurou afirmar e consolidar – no início do século XXI por ocasião da vitória eleitoral dos governos de centro-esquerda na América Latina (como o de Lula da Silva no Brasil) e de tendências nacionalistas as mais variadas - um paradigma regionalista assentado na integração política, social, física, infra-estrutural e energética entre os países da América do Sul, que pretende superar a dimensão comercial, buscando retomar o papel protagonista e planejador do Estado, reavaliar as políticas neoliberais e valorizar a identidade sul-americana.

O Brasil, nos anos recentes, vem ocupando um papel de destaque nesta modalidade de integração (Lima e Coutinho, 2007) e cada vez mais vem contrariando a tese segundo a qual não há espaço para as potências emergentes no cenário da globalização. Neste contexto de mudança de paradigmas quanto à inserção externa do país, um fator singular foi à *reconfiguração da política externa como meio e complemento na órbita internacional da estratégia de desenvolvimento no plano doméstico* (Lima, 2010a). Portanto, o *Novo-Desenvolvimentismo* retomou a vinculação tradicional entre política externa e a estratégia de desenvolvimento na esfera doméstica, na medida em que a aproximação do Brasil com os pólos emergentes de poder foi uma construção política da diplomacia brasileira. Dentre as ações adotadas nessa direção, destacam-se (1) as políticas de cooperação regional¹⁷, (2) a presença mais assertiva do país nos fóruns decisórios internacionais¹⁸, (3) a ampliação do corpo burocrático e diplomático¹⁹ e (4) a reconfiguração do papel do BNDES como o principal *agente de financiamento dos investimentos no exterior, na revalorização do capital nacional e no incentivo à internacionalização do capitalismo brasileiro*

¹⁷ Conforme em outros países emergentes, a expansão do capitalismo brasileiro no Sul vem acompanhada por diversos *planos de cooperação* em áreas como assistência humanitária internacional, concessões de bolsas de estudo para estrangeiros, cooperação técnica, científica e tecnológica, contribuições para organizações internacionais, auxílio para refugiados no Brasil, operações de paz internacionais (como é o caso da presença militar brasileira no Haiti), além da presença diplomática tradicional. A América Latina e a África são duas das regiões onde a cooperação e a presença econômica têm sido mais visíveis (Lima, 2010b).

¹⁸ A respeito da governança global, o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (IPEA, 2010b: 15) diz que o fenômeno mais singular das relações internacionais do pós-Guerra Fria é a irrupção dos países em desenvolvimento e a conseqüente *multipolarização* da ordem internacional. Países como China, Índia e Brasil se tornaram imprescindíveis para a manutenção da estabilidade global – e também para sustentar o crescimento da economia mundial. Em sua avaliação, a nova conformação do poder nas relações internacionais tem tornado a necessidade de reforma da ONU e da governança global cada vez mais imperiosa.

¹⁹ Ainda nas palavras do ex-chanceler e atual ministro da defesa do governo Dilma Rousseff: “Em 2002, havia 150 representações brasileiras no mundo. Hoje são 216. Criamos 35 novas embaixadas, 16 delas na África. Hoje temos representação permanente em todos os países da América Latina e Caribe. Criamos também 70 repartições consulares em todos os continentes [...] Ampliamos o quadro de funcionários do Itamaraty. Foram criadas 400 novas vagas para a carreira diplomática (IPEA, 2010b: 14)”.

(Ribeiro e Kfuri, 2010). Todavia, a diplomacia no Terceiro Mundo não está restrita à solidariedade Sul-Sul, pois tem sido difícil para o Brasil compatibilizar a diplomacia “sulina” com sua política de interesses regionais. De fato, a posição do Brasil como líder regional não tem sido facilmente aceita por seus vizinhos sul-americanos (Lima, 2010b, 2005).

Por outro lado, como um dos desdobramentos indubitavelmente políticos deste estudo, identificamos a tendência à *presidencialização* da política externa aliada à *pluralização* de atores no processo de execução desta modalidade de política pública (Cason e Power, 2009). Vale ressaltar que a vertente da *presidencialização* – pautada na *personalização da política externa* conduzida pelo chefe do Executivo – remonta aos governos militares, adquirindo significativa importância no governo FHC. Entretanto, ela se reveste de um caráter mais exponencial e assertivo no governo Lula, tendo em vista as suas iniciativas de fortalecimento da integração regional na América Latina e de intensificação das relações diplomáticas com a África (especialmente a África do Sul), Rússia, China e Índia²⁰.

Já a recente pluralização se dá por conta da perda gradual do monopólio do Itamaraty na concepção, formulação e condução da agenda internacional. Isso ocorre em virtude do surgimento de novos atores na arena decisória da política externa brasileira, tais como intelectuais progressistas²¹, além do próprio empresariado enquanto grupo de interesse, haja vista um processo cada vez mais crescente de expansão internacional do capitalismo brasileiro. Ademais, a politização doméstica das relações internacionais fica evidente por meio do embate que se verifica entre os partidários das concepções neoliberais e aqueles defensores da visão neo-desenvolvimentista.

²⁰ Neste contexto, ao estudar os “grandes países da periferia”, Cruz (2007: 137) ressalta que tais países possuem as seguintes características peculiares: (1) por mais que tecnologicamente dependentes, possuem tradição industrial, na medida em que seu aparato industrial é diversificado e tem peso significativo no PIB; (2) ainda que periféricos, usufruem de peso econômico e político bastante para desempenhar papel de destaque no plano regional; (3) são dotados de populações numerosas; (4) possuem Estados suficientemente sólidos para garantir o sentido de continuidade com o passado e para servir como quadro de referência a projetos coerentes de futuro.

²¹ Para a consecução de sua política externa, o presidente Lula recebeu influência de pensadores nacionalistas que concebem o Brasil como um país mais estratégico ao sul do Equador e capaz de influenciar os demais por ter atributos especiais como *população, geografia e economia diversificada*. Desta forma, a articulação dos países da região vem se dando através da centralidade brasileira (Saraiva, 2010), já que o Brasil vem conseguindo compatibilizar *estabilidade institucional, capacidade econômica e vantagens comparativas* (Lima e Hirst, 2009).

Isso pode ser melhor esmiuçado mediante o antagonismo entre os *institucionalistas pragmáticos* e os *autonomistas* quanto à forma de concepção e implementação da agenda externa brasileira. Nesta configuração, os institucionalistas pragmáticos constituem uma corrente de pensamento e ação no Itamaraty que se fortaleceu e se afirmou no governo de Fernando Henrique Cardoso, na gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia. Na esfera econômica, advogam por um processo de “liberalização condicionada” e no espectro partidário/ideológico encontram identidade, sobretudo, no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e no Democratas (DEM). Em patamar diametralmente oposto, os autonomistas têm preocupações de *viés político-estratégico* no que se refere ao ambiente Norte/Sul, buscando uma aproximação com outros países considerados emergentes que teriam características peculiares ao Brasil como “dimensões continentais”, “reconhecida importância regional”, “população”, “produto interno bruto” e “recursos naturais”. No âmbito partidário/ideológico estão mais afinados às idéias PT (Saraiva, 2010ab).

Diante desse complexo debate acerca das condições de inserção internacional do Brasil, pode-se dizer que, de uma perspectiva eminentemente empírica, esta última década foi a mais exitosa para o Brasil em termos de concepção, formulação e execução de um paradigma alternativo de desenvolvimento que conjugasse a inserção internacional soberana aliada a uma política fortemente redistributiva, orientada para o mercado interno e redutora das desigualdades sociais históricas e estruturais. Esses são sinais claros de que no espaço de uma ordem multilateral marcada pela inexorabilidade da globalização da economia, da sociedade e da política não se pode prescindir da importância do protagonismo estatal para alicerçar e resguardar a soberania. Portanto, o fato é que o Brasil, nos anos recentes vem contrariando a tese segundo a qual não há espaço para as potências emergentes no cenário da globalização. Além disso, pode-se dizer que a posição subalterna do país na divisão internacional do trabalho por conta das assimetrias estruturais no âmbito doméstico vem sendo superadas por esse *Novo-Desenvolvimentismo*. O desejo de que o Brasil supere o subdesenvolvimento a partir de suas próprias potencialidades e peculiaridades vem se materializando. De certo modo, isso aponta para a afirmação do Brasil enquanto nação e enquanto portadora de uma *estratégia nacional de desenvolvimento* no atual cenário da globalização, em que a idéia de negação do Estado é mormente inconcebível e insensata (PINHO e GRANJA, 2011).

4. O discurso social-democrata confere unidade à expansão “para dentro” e “para fora”?

Neste último tópico do artigo, o eixo que promove a ligação entre a expansão “para dentro” – mercado interno/distribuição de renda/inclusão social - e a expansão “para fora” – inserção internacional soberana na ordem global multilateral - constitui o aspecto discursivo (e porque não prático) encabeçado pela emergência dos governos de esquerda no limiar do século XXI, como é o caso do Brasil mediante a eleição de Lula da Silva em 2002. Para tanto, deve-se promover uma reflexão e interlocução teóricas sobre a gênese da social-democracia que, segundo o estudo clássico de Adam Przeworski intitulado *Capitalismo e social-democracia*, sintetiza o modo pelo qual os partidos de esquerda - enquanto forma de organização política das classes trabalhadoras sob a égide do capitalismo democrático - romperam com o viés revolucionário para chegar ao poder via aquiescência às instituições representativas da democracia liberal e parlamentar para a consecução de reformas sociais. Portanto, a democracia representativa tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo para o socialismo (Przeworski, 1989).

No caso da América Latina, Hagopian e Mainwaring (2005) atestam que, no período pós-1978, o processo de transição de regimes autoritários em direção à democracia criou um ciclo virtuoso, pois as alterações processadas no ambiente político regional facilitaram e também refletiram as modificações de postura dos atores domésticos face à democracia como é o caso dos partidos de esquerda e de direita. Por conseguinte, para que pudessem chegar ao poder e executar a agenda de políticas públicas propostas no período eleitoral, tais agremiações tiveram que revisar as suas concepções ideológicas e programáticas e adotar uma postura mais *pragmática*, como foi o caso do próprio PT²² no Brasil, que defendeu a formulação de uma nova agenda de desenvolvimento no cenário pós-neoliberal, galvanizando a *dimensão social* como o centro das políticas públicas, ainda que preservando os

²² Quanto às relações Executivo/Legislativo, as análises de Santos, Almeida e Vilarouca (2008: 32) apontam que, até recentemente, dizia-se da impossibilidade de governos de esquerda em nosso continente, por conta da inclinação, em geral conservadora, do Legislativo. Todavia, o que se observa ao longo dos últimos anos é um contínuo avanço da força parlamentar dos partidos de esquerda e centro-esquerda, ampliando, portanto, o espaço de negociação entre governos e Congresso para implementar políticas redistributivas. Cabe lembrar que o impasse entre presidente, em geral de viés mais progressista, e Legislativo caracterizou os casos de interrupção da democracia na América do Sul em passado não muito distante.

fundamentos macroeconômicos neoliberais e a austeridade fiscal (Boschi e Gaitán, 2008).

Contrariamente a idéia de que os governos de esquerda na América Latina são democratas contingentes, pois falharam na luta pela democracia e às vezes lutaram contra ela (Levitsky e Mainwaring, 2006), a pesquisa empírica de Huber, Nielsen, Pribble e Stephens (2005)²³ atesta que, dentre os partidos políticos, somente as agremiações de esquerda mostraram um impacto significativo sobre a redução da desigualdade na América Latina e no Caribe, pois estão associadas com altos níveis de gastos com saúde e educação para a distribuição de renda. Ademais, favorecem estruturas de transferência e serviços que beneficiam, sobretudo, populações de baixa renda em maior proporção. Porém, os partidos de centro e de direita não tiveram, estatisticamente, efeitos consideráveis sobre a diminuição da desigualdade, já que tendem a basear predominantemente seus apelos em compromissos com a democracia, o Estado de direito, o governo honesto e uma liderança competente; em vez de contemplar uma agenda de política econômica e social mais robusta e substantiva.

Autores como Garret (1998) contestam a sabedoria convencional de que a globalização da economia (1) minou as distinções entre os partidos de esquerda e de direita; (2) restringiu a capacidade dos governos dos Estados nacionais para conceber, formular e executar políticas públicas no plano doméstico. Todavia, pode-se dizer que, no caso recente do governo Lula, a globalização gerou um caldo de cultura para a efetivação de uma política contrária. A globalização constituiu um incentivo para a ação política deliberada, gerando férteis e novos terrenos para a constituição de uma agenda social-democrata. Nesta direção, a presença de condições políticas e sociais como a vigência de um partido de esquerda e um arranjo corporativo articulador dos interesses entre o capital e o trabalho, sintetizam uma espécie de *corporativismo social-democrata*, que pode ser precipuamente aplicado a recente conjuntura brasileira.

Conclusão

²³ Do ponto de vista teórico, há um consenso sobre a importância das causas políticas e econômicas da desigualdade na América Latina, porém, estudos quantitativos das causas da desigualdade têm negligenciado variáveis políticas. É neste sentido que a inclusão do *fator político* nas análises da distribuição de renda na América Latina e no Caribe pode exigir alguma justificção adicional.

Do ponto de vista socioeconômico, o Nacional-Desenvolvimentismo de 1930 a 1980 foi marcado fundamentalmente pela *concentração social da renda* e por um *mercado interno inexpressivo*, a despeito do fato de que tenha contribuído para a urbanização, a industrialização e a modernização da sociedade brasileira. Do ponto de vista das relações Estado/sociedade, este modelo marginalizava integralmente a instância parlamentar-partidária bem como os setores populares dos processos decisórios em matéria de políticas públicas. Por outro lado, o *Novo-Desenvolvimentismo*, que emerge com a chegada do PT à chefia do Executivo federal, ainda que mantenha uma *continuidade de trajetória* com o período progresso em termos de um *Executivo forte* e um *Estado intervencionista*, vem promovendo, por meio da ação política planejada e deliberada, políticas públicas de inclusão social que convergiram para (1) a criação de um *mercado interno de consumo de massas* (2) a *queda continuada da desigualdade* e (3) a *distribuição social de renda*. Na órbita internacional, a atuação assertiva do Brasil está em consonância com a dos países emergentes (os BRICs) no sentido de (1) afirmar uma identidade coletiva, (2) promover o desenvolvimento e (3) contestar a ordem internacional vigente. Tal política externa está em sinergia com a estratégia de desenvolvimento orquestrada no plano doméstico.

Portanto, subjacente à expansão “para dentro” e à expansão “para fora” está o discurso e a prática dos governos de esquerda, como é o caso elucidativo do PT no Brasil, enquanto partido de base operária que vem consolidando um modelo ancorado no *corporativismo social democrata*. Se, por um lado, tal modelo se contrapõe a idéia de que a força transformadora da globalização inibe a capacidade dos governos para produzir políticas públicas domésticas; por outro lado, ele concebe a globalização como uma oportunidade para a consecução da verdadeira agenda social-democrata: incluir os mais pobres, reduzir as desigualdades e, acima de tudo, formular estratégias alternativas que visam à competitividade e o desenvolvimento em um cenário de globalização inexorável em que se busca a reforma democrática do capitalismo. Ao fim e ao cabo, para além dos mercados, os Estados nacionais também competem na estrada sinuosa e ondulante da globalização.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

BECKER, Uwe. Open systemmess, contested reference frames and change. *Socio-Economic Review*, v. 5, 261-286, 2007

_____. *Open Varieties of Capitalism: Continuity, Change and Performances*. Palgrave Macmillan, 2009

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/Cepal/Cofecon, 2000.

BOSCHI, Renato R. Políticas de Desenvolvimento no Brasil: continuidades, crise e incertezas. Trabalho apresentado no *VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política* (ABCP). Recife: Agosto, 2010a

_____. Corporativismo societal: a democratização do Estado e as bases social-democratas do capitalismo brasileiro. *Insight Inteligência*, 2010b. Disponível em: <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/48/>. Acesso em: 6.jul.2011.

_____. e GAITÁN, Flavio. Gobiernos Progresistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La Experiencia Reciente en Argentina, Brasil y Chile. In: Maria Regina Soares de Lima (Org). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008a

_____. e GAITÁN, Flávio. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. *Caderno CRH*, vol. 21, n. 53, pp. 303-319, 2008b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a08v21n53.pdf>. Acesso em: 7.jun.2011.

_____. e GAITÁN, Flávio. Outra Volta no Parafuso Desenvolvimentista: Um Manifesto. *Insight Inteligência*, n. 45, pp. 130-145, 2009. Disponível em: <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/45/PDFs/10.pdf>. Acesso em: 30.ago.2011.

_____. Instituições Políticas, Reformas Estruturais e Cidadania: Dilemas da Democracia no Brasil. *OPSA/IESP-UERJ*, Abril, 2004. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/4_artigos_TextodoRenatoBoschi.pdf. Acesso em: 25.set.2011.

_____. e LIMA, Maria R. S. de. O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

_____. e DINIZ, Eli. O Corporativismo na construção do espaço público. In: Renato R. Boschi (Org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,: IUPERJ, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional. In: Eli Diniz. (Org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

_____. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CAGED. *Síntese do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal*, Novembro, 2010a. Disponível em: http://www.mte.gov.br/caged_mensal/2010_11/default.asp. Acesso em: 12.jun.2011.

CAGED. *Síntese do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal*, Setembro, 2010b. Disponível em: http://www.mte.gov.br/caged/2010_09/br.pdf. Acesso em: 6.jun.2011.

CARDOSO Jr, José Celso. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Ressignificar o Debate e Capacitar o Estado. In: Eduardo Costa Pinto, José Celso Cardoso Jr. e Paulo de Tarso Linhares (Orgs.). *Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_estadoinstituicoes_vol3.pdf. Acesso em: 14.ago.2011.

CASTRO, Marcos F. de e CARVALHO, Maria I.V de. "Globalization and Recent Political Transitions in Brazil". *International Political Science Review*, v.24, n.4, 465-490, 2003.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Trajetórias: Capitalismo Neoliberal e Reformas Econômicas nos Países da Periferia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DINIZ, Eli. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, ano 7, 1992

DOCTOR, Mahrukh. Lula's Development Council: Neo-Corporatism and Policy Reform in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 34, nº 6, 131-148, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*. Setembro, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/ncm/>. Acesso em: 9.set.2011

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

GARRET, Geoffrey. *Partisan Politics in the Global Economy*. Cambridge: University Press, 1998.

HAGGARD, Stephan e KAUFMAN, Robert. *Development, Democracy and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HAGOPIAN, Frances e MAINWARING, Scott. *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. New York: Cambridge University Press, 2005

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.

HIBBS, Douglas A., Jr. Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*. vol. 71, n. 4, 1467-1487, 1977.

HUBER, Evelyne; NIELSEN, François; PRIBBLE, Jenny e STEPHENS, John D. Politics and Inequality in Latin America and the Caribbean. Paper prepared for delivery at the *Annual Meetings of Research Committee 19 of the International Sociological Association*, Northwestern University, Evanston, IL, September 8-10, 2005. Disponível em: http://www.northwestern.edu/rc19/Huber_Nielsen_Pribble_Stephens.pdf. Acesso em: 19.jun.2011.

IPEA. *Índice de Expectativa das Famílias (IEF)*, 1º de Fevereiro, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/IEF/110201_ief06.pdf. Acesso em: 8.mai.2011.

_____. PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009. In: *Comunicado do IPEA*, n. 63, Outubro, 2010a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 11.jul.2011.

_____. Entrevista com Celso Amorim. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Maio/Junho, ano 7, n. 61, 2010b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=14709. Acesso em: 29.ago.2011.

KIELY, Ray. *The New Political Economy of Development: Globalization, Imperialism, Hegemony*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

KOHLI, A. *State Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LEVITSKY, Steven and MAINWARING, Scott. Organized Labor and Democracy in Latin America. *Comparative Politics*, vol. 39, n. 1, 21-42, 2006.

LILLEMETS, Krista. Development and citizenship in the semi-periphery: reflecting on the Brazilian experience. *Ponto de Vista/NEIC/IESP-UERJ*, n. 12, Dezembro, 2009. Disponível em: http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01dec2009.pdf. Acesso em: 19.set.2011.

LIMA, Maria R.S de. Brasil e pólos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: Renato Baumann (org.). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010a.

_____. El legado de la política exterior de Lula. *OPSA/IESP-UERJ*, Setembro, 2010b. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/128_artigos_2010_09_30_Lima.pdf. Acesso em: 20.mai.2011.

_____ e COUTINHO, Marcelo. Uma versão estrutural do regionalismo. In: Eli Diniz (org). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no Novo Milênio*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

LIMA, Maria R.S de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 48, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>. Acesso em: 18.mai.2011.

_____. e HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: Andrew Hurrell (org.) *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

MANN, Michael. A crise do Estado-nação latino-americano. In: DOMINGUES, José M. e MANEIRO, Maria (Org). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Ministério da Fazenda. *Estratégia de Crescimento do Brasil: Desafios do novo Governo*, Agosto, 2010. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2010/p300810.pdf>. Acesso em: 22.jul.2011.

PIETERSE, Jan Nederveen. *Development Theory: Deconstructions/Reconstructions*. London: Sage, 2001.

PINHO, C. E. S. e GRANJA, L. 2011. O gigante regional no contexto mundial: Brasil e sua política neo-desenvolvimentista. *Revista Debates Latinoamericanos*, Ano. 9, n. 17, Agosto, p. 1-28. Disponível em: http://www.rlcu.org.ar/revista/numeros/09-17-Agosto-2011/documentos/Granja_y_Pinho.pdf. Acesso em: 1.out.2011.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Elisa. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: Elisa Pereira Reis (Org). *Processos e escolhas: estudos da sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

RIBEIRO, Daniela de F. e KFURI, Regina. A nova integração regional e a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul. *Observador On-Line*, v.5, n. 4, Abril, 2010. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/66_observador_topico_Observador_v_5_n_4.pdf. Acesso em: 22.abr.2011.

SANTOS, Fabiano e POGREBINSCHI, Thamy. Conferências Nacionais e Processo Legislativo: participação, deliberação e representação na política brasileira. *Trabalho Apresentado no XXXIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

_____, ALMEIDA, Acir e VILAROUCA, Márcio. Um Modelo de Governança de esquerda com Aplicação para o Caso da Venezuela e o Mercado Comum do Sul – Mercosul. In: Maria Regina Soares de Lima (org.). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone-Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A práxis liberal e a cidadania regulada". In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SARAIVA, Miriam G. Política Externa Brasileira para os países sulamericanos durante o governo Lula: entre a América do Sul e o Mercosul. Trabalho apresentado no *VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, ABCP: Agosto, 2010a.

_____. (2010b) A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático X autonomistas. *Real Instituto Elcano*, Março, 2010b. Disponível em: [http://www.opeal.net/files/A%20diplomacia%20brasileira%20e%20as%20visões%20sobre%20a%20inserção%20externa%20do%20Brasil\(3\).pdf](http://www.opeal.net/files/A%20diplomacia%20brasileira%20e%20as%20visões%20sobre%20a%20inserção%20externa%20do%20Brasil(3).pdf). Acesso em: 20.set.2011.

SCHARPF, Fritz. *Crisis and Choice in European Social Democracy*. Ithaca: Cornell University Press, 1991

SICSÚ, J; DE PAULA, Luiz F. e MICHEL, Renaut. Por que Novo-desenvolvimentismo? (Introdução) In: João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel (Orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SOUZA, J. 2011. É um erro falar que existe nova classe média, diz sociólogo. *Folha de São Paulo*, Fevereiro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/874777-e-um-erro-falar-que-existe-nova-classe-media-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 04.out.2011.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

WEBER, Max. Política como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEYLAND, Kurt. Neoliberalism and Democracy in Latin America: A Mixed Record. *Latin American Politics and Society*, vol. 46, n. 1, 2004.

RESUMO: Este artigo compara o Nacional-Desenvolvimentismo à luz de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares com o *Novo-Desenvolvimentismo*, que emerge a partir da vitória eleitoral de Lula da Silva em 2002. Parte-se da hipótese de que o *Novo-Desenvolvimentismo*, ao retomar a função planejamento estatal, contestar os "quadros de referência" das elites estatais e burocráticas progressistas, e fazer do Estado o instrumento de ação coletiva da nação, instituiu uma expansão "para dentro" – mercado interno/distribuição de renda/inclusão social –, "para fora" – inserção internacional soberana na ordem global multilateral – e inovações nas relações entre o Estado e a sociedade; a despeito da supremacia do Poder Executivo no arcabouço institucional republicano brasileiro. Ademais, subjacente a essas políticas públicas de Estado, está o discurso social-democrata dos governos de esquerda em defesa de uma nova agenda de desenvolvimento, no cenário pós-reformas orientadas para o mercado, e cujo exemplo pivotal no Brasil é o PT.

PALAVRAS-CHAVE: Novo-Desenvolvimentismo; Nacional-Desenvolvimentismo; Corporativismo estatal; Corporativismo societal; Políticas públicas; Mercado interno

de consumo de massas; Inserção internacional soberana; Globalização; Governos de esquerda; Brasil.

ABSTRACT: This article compares the National-Developmentalism in the light of Celso Furtado and Maria da Conceição Tavares with the New-Developmentalism, that emerges from the electoral victory of Lula da Silva in 2002. It starts with the hypothesis that the New-Developmentalism, on return to the state planning function, contest the “reference frames” of state elites and bureaucratic previous, and making the state the instrument of collective action of the nation instituted an expanding “into” – internal market/income distribution/social inclusion, - “out” – sovereign insertion in multilateral global order – and innovations in the relations between state and society, despite the supremacy of executive power in the institutional framework Republican Brazil. Moreover, underlying these policies of state, is the discourse of the social democratic left governments in defense of a new development agenda, in the pos-market-oriented reforms, and whose example in Brazil is the pivotal PT.

KEY WORDS: New-Developmentalism; National-Developmentalism; state corporatism; societal corporatism; public policy; internal market for mass consumption; international insertion sovereign; globalization; left governments; Brazil.

* Carlos Eduardo Santos Pinho é Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), Mestre e Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Ademais, o autor é pesquisador assistente do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), ambos vinculados ao IESP-UERJ, e coordenados pelo professor e orientador Renato Raul Boschi em parceria com a professora Eli Diniz. E-mail: carlospinho19@yahoo.com.br